

## RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 92, de 2014 (Mensagem nº 403, de 25/11/2014, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

### **I – RELATÓRIO**

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações aqui constantes.

Nascido no Rio de Janeiro/RJ em 30 de janeiro de 1955, filho de Manuel Innocencio de Lacerda Santos e Rina Bonadies Santos, o Sr. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR graduou-se, pelo Instituto Rio Branco, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1979 e concluiu o Curso de Altos Estudos em 2001, também do Instituto Rio Branco, com tese intitulada “O Rosto da Diplomacia: o Cerimonial como Instrumento da Atividade Diplomática”.

Tendo ingressado na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1980, o diplomata ascendeu a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2004 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Professor de Cerimonial e Protocolo do Instituto Rio Branco, entre 1991 e 1995; Chefe da Divisão da África I, em 1995; Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Previdência Social, em 2003; e Chefe da Divisão da Ásia Central, de 2004 a 2006.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Encarregado de Negócios em Bonn, de 1996 a 1999; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Toronto; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Kinshasa, em 2005; Embaixador em São Tomé, de 2006 a 2009; Embaixador em Jacarta, entre 2009 e 2011; e Cônsul-Geral em Faro, de 2011 até o presente.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e a Austrália e as demais nações onde representará o Brasil, observe-se o documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexada à

Mensagem presidencial, de onde retiramos as informações que consideramos mais relevantes.

A Comunidade da Austrália tem uma população de 23 milhões de habitantes, numa área de 7,7 milhões de km<sup>2</sup>. Em 2012, seu produto interno bruto em valor de compra (PPP) US\$ 995 bilhões, o que lhe proporciona uma renda *per capita* em valor de compra de US\$ 43,8 mil. Seu Índice de Desenvolvimento Humano foi de 0,938 em 2013, o que lhe confere a 2<sup>a</sup> posição entre 184 países.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Atualmente, os principais temas da agenda bilateral são atração de investimentos e cooperação educacional. O investimento australiano no Brasil iniciou-se ainda no século XX, concentrado fortemente no setor de mineração e serviços associados. Nos últimos anos, sem prejuízo de maiores vínculos no setor de mineração (o que levou inclusive o Estado de Queensland, principal produtor mineral da Austrália, a estabelecer escritório próprio junto ao Estado de Minas Gerais), o investimento australiano no Brasil tem se diversificado, passando a abarcar atividades como produção de energia renovável, serviços associados à agropecuária e ao varejo. Por outro lado, grandes empresas brasileiras também começaram a investir na Austrália, algumas de forma ainda discreta, como a Petrobras, e outras que têm crescido mais agressivamente naquele país, como a Vale, a Natura, a Ambev e a Friboi.

Quanto à cooperação educacional, a Austrália tem se destacado no programa Ciência sem Fronteira (CsF) pelas facilidades de um país onde a língua é o inglês e o clima e calendário escolares são semelhantes aos do Brasil. A Austrália enxerga o provimento de serviços educacionais como um de seus principais “produtos de exportação” e o grupo das 8 maiores universidades australianas atuou no sentido de celebrar convênios com diversas universidades brasileiras além de com o próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No quinquênio 2009-2013, o comércio bilateral entre Brasil e Austrália cresceu 20,7%, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,6 bilhão. Em 2013, todavia, o intercâmbio registrou recuo de 10% em comparação a 2012. A maior parte do fluxo comercial bilateral é composta pelos valores

procedentes das importações oriundas da Austrália, uma vez que as exportações brasileiras representam em média cerca de 30% do total.

Apesar do intercâmbio crescente nos últimos anos, o comércio bilateral ainda é pequeno diante do tamanho das economias do Brasil e da Austrália, o que se considera seja devido à natureza da pauta de exportação dos dois países, concorrentes nos setores de agronegócio e da mineração.

Embora o comércio bilateral Brasil-Austrália tenha apresentado esse perfil, abrem-se oportunidades interessantes para a ampliação da cooperação e comércio entre os dois países. Além de projetos de cooperação científica e tecnológica, existem boas perspectivas para a ampliação do comércio bilateral e investimentos australianos na economia brasileira.

### **Ilhas Salomão**

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem-se tornado um protetorado inglês. Trata-se de um arquipélago com mais de 900 ilhas e área de 28,9 mil km<sup>2</sup>. Sua população é de 584 mil habitantes. Seu PIB pelo poder de compra é de 1,69 bilhão de dólares, o que lhe propicia PIB *per capita* em valor de compra de US\$ 3.075. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,543, o que as coloca em 143º lugar no panorama mundial.

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil nas Ilhas Salomão, não residente, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

As Ilhas Salomão foram o 222º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial bilateral apresentou retração de 86,2%, de US\$ 361,9 mil para US\$ 49,9 mil, sempre com superávit para o Brasil.

### **Papua Nova Guiné**

Papua Nova Guiné possui área de 462,8 km<sup>2</sup> e população de 6,3 milhões de habitantes. Seu PIB em poder de compra foi de US\$ 20,4 bilhões em 2012, o que lhe garante PIB per capita de US\$ 2.851. Seu Índice de Desenvolvimento Humano em 2013 foi de 0,466, conferindo-lhe a 156<sup>a</sup> posição no mundo.

Papua Nova Guiné e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes a Papua Nova Guiné. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

Em geral, o intercâmbio comercial entre Brasil e Papua Nova Guiné resume-se ao fluxo de exportação brasileira para aquela ilha. De 2003 a 2006, houve incremento substancial na corrente de comércio entre os dois países, com saldo amplamente favorável ao Brasil. As exportações brasileiras aumentaram, nesse período, mais de vinte vezes, passando de US\$ 785 mil para US\$ 18,4 milhões. Entre 2007 e 2010, no entanto, as exportações estabilizaram-se em valores menores, voltando a crescer de 2011 a 2013, situando-se entre 6 e 7 milhões de dólares. Os principais produtos de exportação brasileira são tratores, ferramentas com gume, niveladores e concentrados de proteína.

## **Vanuatu**

Vanuatu é um arquipélago a leste da Austrália, com 12,2 mil km<sup>2</sup> e população de 256 mil habitantes. Seu PIB em poder de compra é de US\$ 1,1bilhão, propiciando-lhe PIB per capita de 4,5 mil dólares. Seu IDH é de 0,626, dando-lhe o 124<sup>o</sup> lugar no mundo.

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década atual em relação à passada, mas é extremamente pequeno. Em 2013, o intercâmbio comercial total foi de US\$ 156 mil, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras.

## **Fiji**

Fiji é um arquipélago composto de 332 ilhas, com área total de 18,2 mil km<sup>2</sup> e população de 890 mil habitantes. Seu PIB em poder de compra em 2012 foi de 4,2 bilhões de dólares, conferindo-lhe PIB *per capita* de US\$ 4.728. Seu IDH em 2013 foi de 0,702 (96º lugar).

No primeiro semestre de 2005, o Embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji, em 16 de fevereiro de 2006.

Ilhas Fiji foi o 195º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 72,4%, de US\$ 3,7 milhões para US\$ 1 milhão. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 1 milhão em 2013. As exportações brasileiras são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representam 85,2% do total em 2013, com destaque para a venda de madeira e calçados.

## **Nauru**

A República de Nauru tem área de apenas 21 km<sup>2</sup> e população de 9,7 mil habitantes. Seu PIB em 2005 foi de US\$ 45 milhões, propiciando-lhe PIB *per capita* de US\$ 5.000. Não há medida de IDH pelo PNUD para Nauru.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Nauru em 2 de novembro de 2005. Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em exportações brasileiras, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 86 mil. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram papel, livros, brochuras e impressos semelhantes.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

Presidente

, Relator